

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 14 a 21 de março de 2023
PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO CRIMINAL Nº. PROCESSO:
0000615-58.2020.8.10.0026 Apelantes: Jefferson Quixaba Ribeiro e Willian
Quixaba dos Santos Defensor Público: Samuel de Sousa Zacarias Apelado:
Ministério Público Estadual Promotor: Tiago Carvalho Rohrr Relator: Des.
José Joaquim Figueiredo dos Anjos Revisor: Des. Samuel Batista de Sousa,
Juiz de Direito convocado Procuradora: Drª Maria de Fátima Rodrigues
Travassos Cordeiro ACÓRDÃO Nº. _____ EMENTA: PENAL.
PROCESSO PENAL. TRÁFICO ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. MATERIALIDADE DELITIVA E
AUTORIA CERTAS. ESTABILIDADE EVIDENCIADA. 1. A autoria certa nas pessoas
dos acriminados, consignadas em depoimentos de testemunhas policiais que
fizeram a condução dos Apelantes. 2. Os policiais asseveraram que
encontraram produtos de ilícito na residência dos acriminados, onde estes,
estavam justamente a embalar material para distribuição e venda (cocaína e
maconha em grande quantidade). A forma de acondicionamento do entorpecente
encontrado devidamente separado evidencia o comércio, de outro lado, a
construção pretoriana é no sentido de não ser necessária a realização da
negociação no momento do flagrante, podendo a conduta se amoldar a
qualquer dos verbos reitores do artigo 33, caput, da Lei nº. 11343/2006.
3. Inexiste dúvida do tráfico e da estabilidade da organização criminosa
(artigos 33 e 35 da Lei nº 11343/2006), onde configurado o ANIMUS
associativo até pelos relatos dos policiais no sentido de que ambos sempre
trabalhavam no comércio de entorpecentes, tendo a atividade como meio de
subsistência por muito tempo, conforme comprovam as diversas denúncias
feitas aos policiais no sentido de que fossem ao local justamente para
averiguar conhecido ponto de venda. A busca e apreensão e os registros
criminais estão a indicar essa associação. 4. Dosimetria. Quantidade e
variedade de drogas é motivo idôneo para exasperar a pena-base (artigo 42
da Lei nº. 11343/2006). Inviável a aplicação do redutor do § 4º do artigo
33 da Lei nº. 11343/2006 quando existe condenação por associação ao
tráfico em concurso material. 5. Apelo conhecido e desprovido. ACÓRDÃO
DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e
contra o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer da
presente Apelação Criminal e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos
do voto do Desembargador Relator. Votaram neste julgamento os Senhores
Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Samuel Batista de
Souza, Antonio Fernando Bayma Araújo. Presidência do Excelentíssimo
Desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo. Funcionou pela Procuradoria
Geral de Justiça a Drª. Regina Maria da Costa Leite. São Luis, 14 de março
de 2023 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos Relator (ApCrim
0000615-58.2020.8.10.0026, Rel. Desembargador (a) JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO
DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 27/03/2023)